

O século de Outubro, o papel dos intelectuais
e a hipótese revolucionária

The century of October, the role of intellectuals
and the possibility of revolution

Rui Bebiano

Rui Bebiano

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Letras

ORCID: 0000-0002-1449-2216

O SÉCULO DE OUTUBRO, O
PAPEL DOS INTELLECTUAIS E
A HIPÓTESE REVOLUCIO-
NÁRIA

Identificam-se neste artigo linhas de força essenciais associadas à Revolução Russa de Outubro de 1917 e ao seu impacto por mais de um século. Salientando o seu papel de natureza emancipatória de uma dimensão mundial e situada na longa duração, releva-se também a sua inscrição como acontecimento decisivo nos processos de escrita e de interpretação da história contemporânea. A partir das grandes expectativas que gerou e dos múltiplos caminhos que percorreu e propagou, articula-se em particular a sua reverberação com o imprescindível papel que nela tiveram a propaganda, a reflexão e a criação artística e intelectual, bem como a iniciativa dos seus agentes, aqui tomados como instrumentos dinâmicos da mudança política, da transformação cultural e da produção de um ideal de socialismo. Refere-se ainda, em articulação com este processo, a reformulação do próprio conceito de revolução na relação com o conhecimento histórico e com o impacto da memória, associando-lhe a importante dimensão simbólica introduzida pelo intervenção da nostalgia e da utopia. No todo, o artigo procura sublinhar e conferir um sentido interpretativo ao impacto da Revolução de Outubro no curso do século XX.

Palavras-chave: revolução; intelectuais; nostalgia; história; memória.

THE CENTURY OF OCTOBER,
THE ROLE OF INTELLECTUALS
AND THE POSSIBILITY OF
REVOLUTION

This essay identifies key ideas associated with the Russian Revolution of October 1917 and its impact over more than a century. It highlights the emancipatory impact of the Revolution in its global and long-term aspects, while also emphasizing its inclusion as a crucial event in the processes of writing and interpreting contemporary history. Based on the great hopes it raised and the paths it followed and disseminated, its echoes are articulated with the role of propaganda, reflection and artistic and intellectual creation, as well as with its agents, as dynamic instruments of political change, cultural transformation and the production of a socialist ideal. In connection with this process, reference is also made to the place of the public intellectual and the reformulation of the very concept of revolution in relation to historical knowledge and the impact of memory, associating it with the fruitful dimension introduced by nostalgia and utopia. Overall, the essay offers an interpretative historical sense of the impact of the October Revolution throughout the twentieth century.

Keywords: revolution; intellectuals; nostalgia; history; memory.

LE SIÈCLE D'OCTOBRE, LE
RÔLE DES INTELLECTUELS
ET L'HYPOTHÈSE RÉVOLU-
TIONNAIRE

Cet article identifie les lignes de force essentielles associées à la Révolution Russe d'Octobre 1917 et à son impact sur plus d'un siècle. Il met en évidence l'impact émancipateur de la Révolution, situé dans une dimension globale et sur le long terme, et souligne également son inscription comme événement décisif dans les processus d'écriture et d'interprétation de l'histoire contemporaine. Sur la base des grands espoirs qu'elle a suscités et des voies qu'elle a suivies et diffusées, son écho s'articule avec le rôle de la propagande, de la réflexion et de la création artistique et intellectuelle, ainsi qu'avec ses agents, en tant qu'instruments dynamiques du changement politique, de la transformation culturelle et de la production d'un idéal de socialisme. En articulation avec ce processus, il est également fait référence à la place de l'intellectuel public et à la reformulation du concept même de révolution par rapport à la connaissance historique et à l'impact de la mémoire, en y associant la dimension féconde introduite par l'intervention de la nostalgie et de l'utopie. Dans son ensemble, cet article donne un sens historique interprétatif à l'impact de la Révolution d'Octobre sur le cours du XXe siècle.

Mots-clés: révolution; intellectuels; nostalgie; histoire; mémoire.

Quando se observam os últimos cem anos de história, é impossível detetar um acontecimento associado a maiores e mais duradouras ondas de choque, e também sobre o qual mais tem sido escrito, do que a Revolução Russa de 1917, em particular no que respeita à sua viragem de Outubro desse ano. Na produção historiográfica, como em textos de natureza ensaística, doutrinária ou ficcional, e ainda em filmes, documentários e séries de televisão, de comparável no volume apenas encontramos as duas guerras mundiais. Todavia, estas incorporaram uma multiplicidade de momentos e lógicas, enquanto ali ocorreu um episódio central, fundador e paradigmático, cujo forte impacto na época e eco posterior ainda podem sentir-se, seja na memória de sucessivas gerações ou na reflexão de teor explicativo e prospetivo que o têm acompanhado.

1.

Utilizando uma útil cambiante interpretativa pode afirmar-se que o episódio revolucionário de 1917 representou uma «catástrofe». Não no sentido vulgar e depreciativo da grande calamidade ou do desastre, que o termo vulgarmente comporta, mas com o valor inteiramente oposto proposto por Henry Rousso. Ao recuperar o étimo *katastrophé* – utilizado no antigo teatro grego para designar o instante brusco e climático de reviravolta na estrutura dramática – serviu-se dele para designar todo o momento culminante, de auge e de viragem, em condições de impor, na sequência da história e nos diferentes modos do seu conhecimento, uma alteração inesperada, rápida e inquietante (Rousso, 2012). Em *La Dernière Catastrophe* o historiador refere exemplos vários, começando naturalmente pelo da Revolução Francesa, em que ocorreu essa súbita mutação.

Com a Revolução Russa esta característica dinâmica foi reforçada, dado ela não se ter limitado a produzir um novo modelo de sociedade ou a dar corpo a um processo político original, tendo também libertado futuros hipotéticos ou possíveis que abriram caminho a diferentes experiências e projetos, entre importantes avanços e retrocessos associados a mais de um século de história (Bebiano, 2020). O modelo é o da Revolução de Outubro, culminante no âmbito dos acontecimentos bruscos e irreversíveis que sacudiram e demoliram o Império Russo, abrindo caminho à instalação de um regime singular no trajeto humano.

Ao considerá-la aqui como momento maior e decisivo, importa esclarecer que o caráter de viragem lhe foi conferido, não tanto pelo derrube do czarismo em Fevereiro de 1917¹, ou mesmo pela dimensão subversora protagonizada pela ação bolchevique a partir da tomada do Palácio de Inverno a 25 de Outubro, mas por este segundo instante ter inscrito na história um episódio de características completamente novas na ordem mundial. Tratou-se, de facto, de um acontecimento que em boa parte configurou uma resposta das multidões oprimidas a um regime despótico e a um sistema social injusto, impondo uma profunda transformação social, conduzida por uma vanguarda partidária que se cria capaz de derrubar o capitalismo internacional e de abrir caminho a uma utopia igualitária.

¹ A identificação dos momentos revolucionários de 23 Fevereiro e de 25 de Outubro segue aqui o calendário juliano, em uso na Rússia da época, correspondentes no gregoriano a 8 de Março e a 11 de Novembro.

Esta marca de rutura e de inovação é apresentada como traço comum às múltiplas correntes interpretativas, dentro de um campo historiográfico frequentes vezes atravessado por escolhas de uma natureza abertamente política, que deste acontecimento capital foi produzindo diferentes e contraditórias leituras. Adianta-se um conjunto de quatro tópicos que permitem tornar mais claro a sua natureza.

O primeiro diz respeito à forma como é difícil, mesmo no plano da descrição dos factos e do inventário dos impactos da Revolução, separar inteiramente as leituras interpretativas de uma dimensão de parcialidade, seja esta expressa pelas escolhas de quem as produz, pela enunciação de relações de causa-efeito, pelo realce dado a certos aspetos e intérpretes, ou pela desvalorização de outros. Sucodem-se, desta forma, diferentes tonalidades de leitura, representando-a como gesta heroica ou como tragédia, causadora de esperança ou de temor, encarada como uma inevitabilidade ou determinada por circunstâncias objetivas, tomada como resultado da mobilização das massas ou da iniciativa de vanguarda dos bolcheviques. Com frequência, combinam-se mesmo múltiplas cambiantes, mencionando-se aqui, como exemplo, seis obras da historiografia de Outubro que propõem leituras opostas.

Três delas são obras hoje clássicas. A primeira é a *História da Revolução Russa até Brest-Litovsk*, iniciada logo em 1918 e concluída em 1930, já no exílio, por Leon Trotsky, onde a dimensão potencialmente internacionalista de 1917 e a energia nela aplicada pelas massas são particularmente destacadas (Trotsky, 2017). A segunda é a *História do Partido Comunista Bolchevique da União Soviética*, supervisionada a partir de 1936 por Estaline e que, reimpressa 301 vezes e regularmente expurgada de nomes e episódios, se tornou a versão oficial da Revolução de Outubro, por duas décadas seguida como leitura obrigatória nas escolas e, no exterior, usada pela maioria dos partidos comunistas². A terceira é *A Revolução Russa*, publicada já em 1994 por Sheila Fitzpatrick, onde esta procurou mostrar que, ao contrário do que proclamou a obra anterior, o processo político seguido na União Soviética jamais foi unívoco e previsível (Fitzpatrick, 2017).

As restantes três «histórias» são recentes, publicadas em 2017 quando do primeiro centenário da Revolução: *October; The Story of the Russian Revolution*, de China Miéville, que enfatiza o papel das práticas democráticas no campo das organizações de massas, do governo e mesmo do partido bolchevique até à década de 1930 (Miéville, 2017); *October Song*, de Paul Le Blanc, onde se confere um destaque, raro em outras obras sobre o tema, ao papel dos setores urbanos e de classe média envolvidos pelas propostas dos bolcheviques e participando na vaga de esperança revolucionária (Le Blanc, 2017); e por fim *A People's History of the Russian Revolution*, de Neil Faulkner, que enfatiza a forma como, após uma década de audácia e de criatividade que se seguiu a 1917, a revolução terá soçobrado nas mãos da burocracia partidária e de formas de capitalismo de Estado, tornando-se um regime despótico apoiado numa retórica paradoxalmente emancipatória (Faulkner, 2017).

² Dado o elevado número de versões truncadas e de traduções duvidosas da obra publicados desde a primeira edição, em 1938, optou-se por não citar qualquer delas. Foi reimpressa 301 vezes, teve dezenas de milhões de exemplares de tiragem em russo e foi traduzida em 66 línguas. Foram consultadas duas edições portuguesas publicadas logo após o 25 de Abril pelas editoras O Grito do Povo e Vento de Leste.

O segundo dos quatro tópicos considera uma panóplia de leituras diversas e contraditórias do ciclo revolucionário. Este é apresentado como disposto numa sequência lógica, por vezes encarada como expressão do caráter «científico» do materialismo histórico, com protagonistas exaltados como determinantes ou então desacreditados, enquanto, inversamente, tem mostrado o caráter imprevisível de muitos momentos e o papel complexo e contraditório dos diferentes protagonistas. Exemplar neste caso é a observação da intervenção do Partido Bolchevique, que jamais foi linear, mesmo no domínio doutrinal e tático, bem como a do próprio Lenine, cujas escolhas não foram isentas de hesitações e modulações. Sobre este, desde cedo objeto de um número imenso de obras de caráter hagiográfico ou de diabolização, saíram, entretanto, estudos que mostram um caráter menos inflexível e monolítico do que dessas obras emerge, mostrando-o capaz de valorizar a democracia de massas e o diálogo interclassista (Read, 2005; Lih, 2011; Žižek, 2017; Louçã, 2017, pp. 9-42).

Por sua vez, o terceiro tópico aponta para uma caracterização da Revolução Russa como detendo capacidade para se impor no plano mundial e num tempo longo, enquanto exemplar «farol do socialismo», sem que tal fosse contraditado por interpretações que identificassem pontos de rutura e a construção de experiências muito diversas. É o caso de etapas como o «comunismo de guerra», destinado a enfrentar as necessidades da terrível Guerra Civil, a Nova Política Económica, revalorizadora da iniciativa privada, da viragem de 1928-1929 que confirmou o poder de Estaline e o modelo da coletivização da produção e do «socialismo num só país», da construção após a Segunda Guerra Mundial do «bloco socialista» de características militares ou do «degelo» krusheviano lançado após o XXº Congresso do PCUS.

Em outras paragens, e sobretudo ao longo das décadas de 1960-1980, a fase de contestação do «socialismo burocrático» nos campos teórico e organizativo do movimento operário e socialista colocou novas hipóteses, mas ocorreu sem um questionamento frontal do sentido positivo de Outubro. De igual modo, a partir de 1946, as várias «revoluções socialistas», em particular a chinesa, e algumas experiências que destas se aproximaram, incorporaram a herança, sempre declarada como inspiradora, recolhida na experiência de construção da sociedade soviética (Soulet, 2009; Applebaum, 2023; Feinberg, 2021). Neste contexto, toda a reflexão posterior sobre o próprio conceito de socialismo e a sua diversidade nela colocaram uma âncora apenas abalada pela Queda do Muro de Berlim e a derrocada da União Soviética.

Já o quarto tópico, sobre a disseminação simbólica do «Outubro Vermelho», requer maior atenção.

2.

A justificação histórica, a interpretação política e filosófica, e a dimensão simbólica da Revolução de Outubro e do modelo político que inaugurou, têm permanecido ligadas às formas da sua legitimação. Mas dependem também do modo como os seus protagonistas se serviram da propaganda, do território das ideias e da criação artística e literária para disseminarem uma aceitação alargada do percurso que inauguravam, para combater os seus inimigos, e principalmente para impor consensos de aceitação, reconhecimento e

apoio dos regimes que inspirou. O processo relacionou-se intimamente com a intervenção dos intelectuais públicos que, seguindo o modelo «zoliano» – inaugurado quando da polémica em volta do «Caso Dreyfus» e da intervenção de Émile Zola – se dispuseram a tomar partido e a dar a voz por causas ou programas historicamente progressistas.

Tony Judt escreveu sobre o papel dos intelectuais como agentes na projeção concetual de um mundo melhor como o proposto pela Revolução de Outubro, tendo muitos sido instrumentais para estender a sua capacidade de atração e erguer um processo de mobilização e apoio (Bebiano, 2017). Em *O Peso da Responsabilidade* – concebido a partir dos casos de Léon Blum, Albert Camus e Raymond Aron –, Judt abordou o tema que lhe foi caro em toda a obra e que o próprio adotou: o da estreita relação, determinada por um sentido de responsabilidade individual histórica, de uma natureza intrinsecamente política e profundamente ética, entre o chamado «intelectual público» e a dinâmica do campo social que lhe está diretamente ligado, que se esforça por interpretar e procura ajudar a transformar (Judt, 2018; 2008).

A caracterização genérica deste modelo de intelectual tem sido feita de formas diversas, mas nelas coincidem quatro traços: a sua definição como *dissidente*, convivendo com um sistema político estabelecido e com formas de pensamento e códigos de valores preponderantes, embora destes divergindo ou deles adotando os que detêm potencialidades transformadoras; de seguida, o seu contributo como *transmissor*, afirmando uma forma de verdade e uma convicção, e contribuindo para as disseminar; depois a sua intervenção como *pensador*, abordando o devir do mundo num plano concetual, como interpretação ou como criação; e por fim, enquanto *especialista*, agindo, a partir de um padrão de conhecimento e no domínio das técnicas de comunicação que o colocam num lugar de prestígio (Issitt & Jackson, 2013). A intervenção dos homens e das mulheres que integraram esta categoria foi crucial para a mobilização para o combate político e para a transformação do mundo a que a experiência da Revolução de Outubro deu lugar.

Marx vinculara, nas *Teses sobre Feuerbach*, a atividade intelectual à produção da ideologia e à transformação do mundo, sendo este uma linha de argumentação que apenas em situações históricas excecionais abandonou a teoria marxista. Muitos anos depois, Gramsci falaria mesmo do papel crucial do «intelectual orgânico» na atividade política e cultural dos comunistas, sendo longa e complexa a concetualização deste vínculo dinâmico. Para o que aqui importa, deve sublinhar-se o contributo de Walter Benjamin, que em *A Obra de Arte na Era da sua Possibilidade de Reprodução Técnica*, de 1935, procurou emancipar a criação artística, e por extensão a atividade literária e filosófica, da dimensão «aurática», consagrada como saber elevado e elitista, defendida por Theodor Adorno: na era «pós-aurática» em que, acreditava, se começava a viver, os produtos por elas criados passariam a desempenhar uma função social (Bebiano, 2017, pp. 32-38). Sob esta perspetiva, o papel do «intelectual público» uniu-se à dessacralização da produção cultural, agora já não encarada apenas como atividade das elites para as elites. Ao mesmo tempo, o impacto da Revolução de Outubro neste domínio relacionou-se com esta profunda viragem, que implicava agora uma mensagem dirigida aos oprimidos e às consciências dos que com eles se solidarizavam.

Para compreender o processo é preciso ter em conta a construção de um padrão global de cultura comunista (Bebiano, 2020, pp. 165-210), associado a uma representação própria do mundo, da história e do seu curso, decisiva para a vitória da revolução

bolchevique de 1917, para a rápida transformação da Rússia em exemplo de grande inovação e em fator de esperança, depois para a propagação de um paradigma político que a partir de 1928-1929 coincidiu com a afirmação autoritária do estalinismo, e também para o alastramento mundial da Revolução de Outubro e da sua pátria como inspiração de uma perspectiva progressista do mundo e da história. Destaco três aspetos fundamentais deste processo, nos quais a intervenção dos intelectuais e dos artistas situados neste campo foi decisiva.

O primeiro prende-se com a afirmação do marxismo na Rússia e no mundo a partir de um trabalho teórico que fundamentou a crítica e o combate ao capitalismo, bem como o desenvolvimento do movimento operário e popular que lhe deu um rosto objetivo. Importa sublinhar que a sequência prática da Revolução Russa, antes, durante e após a tomada do poder pelos bolcheviques, foi sempre acompanhada por um trabalho político situado na dimensão concetual. As figuras, decisivas como ideólogos e dirigentes revolucionários, de Lenine e de Trotsky – de modo algum é possível colocar Estaline neste patamar, dada a fragilidade das obras que real ou supostamente assinou³ – juntou-se uma plêiade de pensadores, publicistas e escritores que, num plano nacional e internacional, configuraram a hipótese de vitória revolucionária, estenderam a sua influência ao território da Rússia e depois ao mundo, contribuindo para definir a sua identidade (Priestland, 2013)⁴.

O segundo aspeto considera o papel crucial da propaganda política e da arte revolucionária que lhe esteve associada. Sem elas a vitória, a afirmação política e o prestígio internacional dos bolcheviques dificilmente se teriam mantido e superado as dificuldades colossais da Guerra Civil de 1917-1922 e do cerco que lhes foi imposto. À ideia de renovação objetiva da Rússia e do mundo, associou-se a perceção de que esta apenas seria possível caso lhe estivesse ligada uma capacidade dinâmica para alterar as representações da sociedade, da vida e da própria história, levando-a até setores suscetíveis de ser influenciados e mobilizados para um projeto político que implicava a alteração radical do estado das coisas e um ideal de representação do «mundo ao contrário». Daí, para além de formas de moldagem do quotidiano da arquitetura, da engenharia ou do urbanismo revolucionários, o amplo uso de formas de arte dotadas de grande capacidade expressiva e popularizáveis, como o cartaz, a fotografia e o cinema, além da poesia, do romance, do teatro, da música e de uma dinâmica imprensa.

Como terceiro aspeto, é fundamental referir a intervenção de intelectuais militantes distribuídos a uma escala planetária. Teve aqui um papel decisivo, de assumida vanguarda, a intervenção organizada da III Internacional e dos partidos comunistas mundiais. Em primeiro lugar o da União Soviética, como seria natural, mas também os de uma grande parte do mundo, junto dos quais a ideia de revolução política sempre se manteve ligada à de uma outra, de índole cultural, que integrava a capacidade de influenciar e de

³ Tem sido referido em diferentes biografias de Estaline o gabinete de «ghostwriters» que funcionou durante décadas no Kremlin. Recentemente, todavia, o seu perfil como leitor tem sido sublinhado (Roberts, 2023).

⁴ Texto algo doutrinário, mas útil, é o clássico de Furet (1996), *O Passado de uma Ilusão. Ensaio sobre a ideia comunista no século XX*.

enquadrar um grande número de intelectuais e de artistas em prol de um ideal comum de transformação⁵.

A essa atividade militante juntava-se o papel dos «compagnons de route», os companheiros de viagem (Caute, 1988). Entusiasmados com acontecimentos da Revolução Russa e pelos ambiciosos projetos do regime por ela inaugurados, numerosos intelectuais, artistas e criadores, a larga maioria sem vínculo formal aos partidos comunistas nacionais, passaram a integrar uma rede de colaboradores associados à construção de um apoio à experiência soviética que transcendia as fronteiras físicas e até ideológicas. Esta contribuiu para assegurar à União Soviética e aos partidos comunistas ocidentais que firmemente a apoiaram a simpatia solidária de milhões de cidadãos, que nela viam a expressão concreta da possibilidade de erguer sociedades novas e justas.

Na década de 1930, os imperativos da política de Frente Popular, erguida em diversos países contra os fascismos em afirmação, desempenharam, aliás, um papel crucial neste processo de aglutinação de vontades. Reportando-se a um período que se estendeu desde a viragem de 1917 sensivelmente até 1956, o ano do XX Congresso do PCUS que pôs termo à afirmação do «estalinismo» na sua forma mais monolítica e brutal, o historiador italiano Marcello Flores aborda exaustivamente a produção e a reprodução de um imaginário esplendoroso construído a propósito da União Soviética e projetado no interior do mundo capitalista, em particular no chamado Ocidente. Mostra como, particularmente naquela década, ela sensibilizou setores que estavam longe de se identificar com as linhas determinantes da política soviética, mas que se entusiasmavam com a ideia de um combate contra o fascismo e de uma sociedade que seria a sua retaguarda (Flores, 1990).

Do final da Guerra Civil à eclosão da Segunda Guerra Mundial, as viagens pelo «país dos soviéticos» tornaram-se uma espécie de moda, envolvendo figuras destacadas da literatura, do jornalismo e da política procedentes de todo o mundo. A essa vaga de viagens correspondia invariavelmente – como mais tarde acontecerá com os viajantes recebidos na China e em Cuba – uma torrente de artigos de jornal, ensaios, conferências ou livros produzidos quando do retorno ao país de origem. Se bem que nem todos os testemunhos fossem de natureza apologética, a esmagadora maioria correspondeu a exercícios de admiração e mesmo de veneração, a monumentos de hagiografia política dirigidos a Lenine e depois também a Estaline, a panegíricos à construção do «homem novo», às realizações monumentais do socialismo e ao entusiástico apoio da população, por vezes efetivo, mas em muitas situações ampliado ou imaginado.

Au Pays de l'Avenir Radieux, de François Hourmant, recolhe parte dessa tradição, mostrando um padrão comum aos relatos que descreveram o regime soviético, concebendo-o como exemplo singular e excecional preservado ao longo de décadas. Este padrão seria projetado através de uma narrativa capaz de moldar um arquétipo depois confirmado em sucessivas experiências pessoais: «os viajantes», afirma Hourmant, «deveriam legitimar o conjunto de representações, largamente idealizadas, por vezes maravilhosas (...), que esses textos haviam elaborado» (Hourmant, 2000, p. 23). A imagem de um Éden vermelho instalado na Terra foi assim produzida e reproduzida por escritores como Romain Rolland, H. G. Wells, Stefan Zweig, Bertrand Russell, Bernard Shaw, Henri

⁵ Para o caso do Partido Comunista Português veja-se Neves (2008).

Barbusse ou André Gide, empenhados em enfatizar e em disseminar, pelo menos durante parte da atividade intelectual, como foi o caso de Gide, a visão de um paraíso que acreditavam ter observado.

A partir deste panorama é possível compreender o impacto da Revolução Russa sob uma das perspectivas metodológicas adotadas pela história do tempo presente – a saber, o reconhecimento, no mundo que atravessamos, da arqueologia de um passado recente que lhe conferiu as formas que revela e alguns dos caminhos que toma –, tomando-o como absolutamente decisivo para uma percepção abrangente e dinâmica do mundo contemporâneo. Embora com diferente foco, regressa-se para o efeito a dois conceitos já referidos, ambos indispensáveis para entender esta influência de longo curso: o de intelectual público e o de revolução.

3.

Tornou-se trivial escutar que o intelectual público se encontra «em vias de extinção». Não cabe aqui refutar a afirmação, mas é mais adequado considerá-lo hoje num processo de reconfiguração social. Na verdade, se bem que a sua caracterização, as condições em que opera e a projeção que toma se tenham vindo a transformar poderosamente, de modo algum desapareceram a vertente emancipatória que contém a sua intervenção e o seu vínculo, em numerosos casos, a um ideal de transformação que remete ainda para o élan emancipatório que pautou os últimos cem anos de diálogo crítico com a experiência histórica de Outubro.

Marilena Chauí falou do «intelectual comprometido» como figura em desaparecimento, tendo identificado três causas para que tal esteja a ocorrer. Desde logo, o «amargo abandono das utopias revolucionárias, da rejeição da política, de um ceticismo desencantado», em parte determinado «pela falência da experiência soviética, pelo recuo da social-democracia e pelo triunfo da ética neoliberal». Depois a contração do espaço público e o alargamento do privado, tornando determinantes a influência do mercado e a lógica do cidadão-consumidor. A terceira causa corresponde a uma «nova forma de inserção do saber e da tecnologia no modo de produção capitalista», transformando os atores do conhecimento em seus agentes diretos. Chauí deixa, no entanto, um vislumbre de esperança na possibilidade de este não ser o fim da linha para os intelectuais, invocando as palavras de Maurice Merleau-Ponty – poderia ter referido Albert Camus, que escreveu algo parecido em *L'Homme Révolté* – sobre o papel necessário do filósofo enquanto «revoltado», aquele a quem «a revolta agrada», pois é sempre reconfortante «ouvir que as coisas como estão vão muito mal», reconhecendo que existe quem entreveja uma saída materializada na proposta e no gesto de rebelião (Chauí, 2006, pp. 41-42).

Neste sentido, no que à formulação utópica dos destinos do mundo, parcialmente herdada da tradição combativa herdada da «Terra sem Amos» referida numa das versões da letras d'«A Internacional», que a Revolução de Outubro se propôs construir e cujo ideal ajudou a disseminar, o intelectual comprometido – ou «engajado», como o designa a filósofa brasileira – permanece como parte do mundo atual. A sua intervenção não pode ser separada dessa influência fundadora, ainda que se processe no presente de uma forma crítica e renovada.

O segundo conceito a revisitar é o de revolução⁶. Como é comumente reconhecido, no curso da história esta não envolve apenas a ruína de uma ordem política caduca, mas implica igualmente a transformação da organização social imperante e dos princípios que a fundaram. A sua valorização como conceito emergiu na época das Luzes, traduzindo-se na inscrição do devir das diferentes sociedades humanas num processo linear desenhado em associação com a edificação do mundo. A ideia de progresso, ausente das primeiras cosmogonias conhecidas, emergiu, de facto, com os primeiros passos da revolução científica moderna e os alvares do pensamento iluminista. Em 1688, Fontenelle esboçava já a percepção de um movimento cumulativo infinito do conhecimento (Mazauric, 2007), tendo sido Leibniz o primeiro a pensar de forma verdadeiramente sustentada a ideia de progresso. A sua descoberta do «método da indeterminação» permitiu-lhe colocar questões essenciais sobre o avanço, a regressão e a estabilidade, recorrendo à complexidade do movimento que se propôs interpretar para estabelecer essa ideia como resultante da soma de uma infinidade de movimentos parciais, compostos de passos em frente, de recuos e de equilíbrios que jamais se repetem. Sem avançar ainda uma perspetiva completa da evolução do tempo meta-histórico, Leibniz explorou uma ideia de totalidade que em breve se tornaria dominante em explicações do percurso das sociedades (Pagden, 2013; Mathiopoulos, 1989).

Na sequência da atividade especulativa dos *philosophes* (Hullung, 2017), a ideia de progresso adquiriu aceitação plena entre a maioria dos leitores informados e atentos às transformações do tempo. A História passou a ser pensada como processo cumulativo, desdobrado ao longo do tempo vivido e impondo necessariamente transformações qualitativas geradas pela intervenção humana. Isto implicou a instalação de um processo de compreensão do devir histórico resultante de uma intervenção criadora dos indivíduos emancipada dos pressupostos de carácter religioso, tendo sido neste contexto que um novo significado do conceito de revolução – oposto ao antes produzido pela astronomia a propósito do movimento dos planetas –, foi sendo definido. Agora em associação com a defesa consciente de uma ideia combinada de aceleração do tempo, da transformação social e política e de valorização do novo e do inédito.

Com os acontecimentos de 1789 em França, ocorrerá a mudança decisiva na interpretação e na percepção pública do conceito. Segundo Gianfranco Pasquino, «da mera restauração de uma ordem perturbada pelas autoridades», como era da natureza de todo o momento insurrecional, «passa-se agora à fé na possibilidade da criação de uma ordem nova», fundada na razão e «capaz de assegurar não só a liberdade, mas também a felicidade do povo» (Pasquino, 1998, p. 1123). A rutura com o passado era assumida, considerando-se o processo revolucionário como um *novo início*.

No contexto da cultura política oitocentista devedora dos ideais da Revolução Francesa, a ideia foi ampliada (Sand, 2023). Reinhart Koselleck identificou seis características capitais associadas à transfiguração do conceito de revolução durante o século XIX: desde logo, a existência do que chama «um coletivo singular», materializado num grupo social ou profissional, ou numa classe, que procura concentrar em si a agência da mudança; em segundo, a consideração do momento revolucionário como experiência de aceleração do tempo, concentrando processos morosos sob outras condições; em terceiro,

⁶ Para um completo e atual périplo pelo complexo conceito de revolução, ver Von Redecker (2021).

o entendimento dos processos que o integram como dotados de uma dimensão dinâmica e não apenas reativa; em quarto lugar, a produção de uma ideia do processo histórico como processado em etapas; em quinto, a necessária integração de uma componente social; por fim, o caráter universal e meta-histórico deste padrão de transformação, situado num processo longo que transcende o episódico e o local (Koselleck, 2006, pp. 68-75).

Integrar-se-á neste processo o corpo teórico, projetado por Marx e Engels, que irá orientar a Revolução de Outubro e depois boa parte da tradição a esta associada. Este fundiu perfeitamente, diz Pasquino, «os dois elementos nucleares que tinham sido afirmados pelos iluministas – a liberdade e a felicidade – apresentou a perspectiva da sua consecução simultânea pela libertação do homem produtor» (Pasquino, 1998, pp. 1123-1124). A partir deles, a ideia de revolução passará a afirmar-se como a solução definitiva para as grandes contradições sociais determinadas pelo capitalismo. A dimensão emancipatória simbolicamente fundada na figura mítica do titã Prometeu, referida pelo filósofo de Trier como emblema, supôs então que toda a libertação requeria um processo de emancipação simultâneo, definido através de uma iniciativa humana assumidamente transformadora, vinculada a um programa de transfiguração que deveria, como diz Sousa Dias, incluir uma «política do impossível» (Dias, 2011; Besnier, 1988).

Marx e Engels, como mais tarde Lenine e os bolcheviques – sendo esta uma das marcas que os separava dos mencheviques, dos quais se separaram logo em 1903, quando do II Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo, futuro Partido Comunista –, formularam a necessidade objetiva desta operação de brusca ruína do real e da sua reedificação, limitando a capacidade regeneradora da mudança parcial. Era necessário tudo mudar, inclusive de etapa histórica, ainda que em alguns dos momentos do «assalto aos céus» pudesse visar apenas um dos flancos do inimigo de classe. A Revolução com maiúscula que conceberam passou assim a ser olhada como locomotiva da História: ao apressar, sob determinadas condições, a queda da velha ordem social, favorecendo o advento de outra, permitiria a passagem do poder, por intermédio do seu partido, para a vanguarda do proletariado, a classe revolucionária por excelência, única em condições de dirigir a construção gradual de uma sociedade igualitária e de preparar a chegada ao comunismo.

A atitude gradualista era por isso considerada inútil, salvo quando servisse de instrumento tático rumo a uma transformação profunda e integral. Favorecendo sempre aquilo que Hannah Arendt considerou, referindo-se ao exemplo de Revolução Americana, como «a experiência da capacidade humana de dar início a algo de novo» (Arendt, 2001, p. 39). Daí a rejeição por Marx dos pensadores sociais reformistas ou dos «utópicos», que visavam aperfeiçoar a sociedade pré-existente, ou escapar aos seus defeitos, não a substituindo por outra. Daí também o desdém de Lenine pelo gradualismo reformador do marxista veterano Karl Kautsky, contrário a posições que este anteriormente tomara, ou o seu distanciamento definitivo dos mencheviques e dos socialista-revolucionários, defensores de uma mutação revolucionária que permitiria o convívio de diferentes programas (Salvadori, 2016; Galili, 1992).

Após 1917, a vitória interna e a projeção internacional da Revolução irão reforçar essa aproximação a um modelo finalista e emancipador, expressando a possibilidade da sua realização histórica e do que muitos militantes e simpatizantes comunistas passaram a considerar como os seus ensinamentos. A «Pátria do Socialismo», a partir de então física,

povoada de homens e mulheres de carne e osso, não de meras sombras, tornou-se, já não uma quimera concebida como *bunker*, ou como ilha fortificada cercada pelos seus inimigos e detratores, mas como território que podia ser percorrido e servia de forte avançado numa guerra orientada, num processo sempre em devir, para a refundação do mundo.

É neste sentido que a ideia de revolução, para os seus apoiantes forçosamente contínua, internacional, anticapitalista e socialista, adquire uma dimensão utópica e exemplar. Esta não se reporta apenas à luta parcial travada no quotidiano, ou ao momento da tomada do poder pelos oprimidos, mas aponta mais longe, a uma sociedade igualitária, sendo esta projeção a fornecer um sentido teleológico e mobilizador de vontades aos combates que por ela for necessário travar, ampliando-os à escala do universal e visando uma finalidade histórica. Marx, Rosa Luxemburgo, Lenine, Gramsci ou Trotsky, como mais tarde Mao Tsé-tung, Ho Chi Minh ou Guevara, sublinharam essa dimensão, que sem tal hipótese seria desprovida de um sentido efetivamente emancipatório (Losurdo, 2015).

«Revolução» passou assim, a partir da experiência de Outubro, a ser bandeira e metáfora de mudança profunda, materializada numa epifania coletiva capaz de abrir passagem para um futuro modelar, impossível de situar com precisão na cronologia do mundo, mas agora tornado possível. Trata-se, pois, da projeção de um não-lugar, de uma utopia, como todas elas lançada, de acordo com a proposta de Ernst Bloch, a partir de desejos e vontades concebidos no presente (Cardina, 2014, pp. 88-100). Capaz, todavia, de deter uma capacidade dinâmica muito além do modelo clássico, fora do tempo e do espaço, que fora o da ilha perfeita de Thomas More ou o da cidade-modelo de Tommaso Campanella. Ao invés, ela é vertida num futuro *verosímil*.

Este entendimento do papel criador do *momento revolucionário* irá, assim, manter-se bem depois de 1917, tendo sido especialmente poderoso e cativante entre os grupos mais radicais ou intransigentes de inspiração marxista que emergiram e se multiplicaram nas décadas de 1960-1980, dado ser essa uma forma de projetarem a superação da fragilidade orgânica e do relativo isolamento sociológico que os caracterizavam, e também uma maneira de recuperarem aquilo que no modelo inaugurado da Revolução de Outubro consideraram ter sido perdido, degradado ou traído. Entre estes movimentos e setores, independentemente do formato da exegese do ato revolucionário que seguindo as diferentes tendências e fações foram elaborando, essa perspectiva afirmou-se como cimento agregador de militâncias e de convicções. Fazendo-o sobretudo em ligação com a perceção da necessidade do gesto coletivo violento e messiânico levado «até ao fim», enquanto ritual de passagem para a era nova um dia imaginada (Bebiano, 2003).

Foi dentro deste complexo de convicções que, partindo dos dias de Outubro, o ideal de revolução se reforçou e sobreviveu por mais de cem anos.

4.

Em *A Era dos Extremos*, Eric Hobsbawm situou nos bruscos acontecimentos que envolveram a Queda do Muro de Berlim e a derrocada da União Soviética o posto fronteiriço no qual terá terminado o «curto século XX». O livro saiu em 1994 e constituiu um êxito

de vendas rápido e invulgar para o usual no domínio da História, ao que não terá sido alheio constituir a primeira grande síntese que colocava em perspectiva a nova realidade do mundo. Por essa altura, a enérgica definição de Lenine do comunismo como «o poder dos soviets mais a eletricidade», bem como a própria experiência do «socialismo de Estado», pareciam ter deixado de fazer sentido, enquanto a própria ideia de comunismo vivia um processo de balanço e questionamento. Jacques Derrida considerou, ainda nesse ano, viver-se um «luto mundial» (Derrida, 2006), enquanto Traverso se referiu à dimensão fantasmática tomada agora pelas «revoluções fracassadas do passado» (Traverso, 2018, p. 65).

A base orgânica da Revolução Soviética, fundada entre 1905 e 1917 na organização autónoma dos operários, soldados e camponeses russos, e depois na autoridade do partido que falava como seu representante, deixara realmente de existir. No «mundo pós-comunista» – designação tão controversa quanto precipitada, muito utilizada pelos setores que logo rejeitaram a perenidade da utopia comunista – os fundamentos da mudança revolucionária já não podiam ser interpretados como causas, prolongamentos ou ecos diretos da gesta esperançosa inaugurada com Outubro. Uma década após a análise do historiador britânico, Benjamin Stora – que fora ativista durante os acontecimentos do Maio de 1968, momento-chave da contestação da perspectiva do «comunismo dogmático» – considerava, aliás, ter sido a sua geração, presente nas barricadas de Paris, «a última que em França acreditou nos ideais oferecidos pela Revolução Russa de Outubro de 1917» (Stora, 2003). Quando eclodiram os acontecimentos de 1989, destacou por sua vez Enzo Traverso, a sobreposição do socialismo de Estado e de comunismo havia gerado «uma narrativa que subsumiu a história da revolução na categoria de totalitarismo» (Traverso, 2018, p. 30; 2001), assegurando-lhe de imediato uma ampla rejeição.

As notícias sobre a derrocada do impacto de Outubro e a sua diluição na memória das mais recentes gerações terão sido, todavia, desproporcionadas. No decorrer dos já mais de cem anos que se seguiram àquele momento fundador, se é verdade que a interpretação da revolução bolchevique e a sua elevação como modelo foi perdendo fulgor no confronto com novas dinâmicas e possibilidades (Drakulic, 1996; 2021), o seu exemplo, como sinal de uma possibilidade mantida no horizonte utópico de milhões de pessoas, jamais se desvaneceu por completo.

Isto é, sobreviveu como símbolo da hipótese de materializar um mundo melhor, menos desigual, e sobretudo «outro». Pode dizer-se que o fator de esperança e motivação que, na longa e turbulenta história da esquerda e do socialismo o mesmo Traverso encontrou escondido na melancólica ruína de muitas batalhas perdidas, surge aqui de modo expressivo, demonstrando «a persistência de uma utopia vivida como um horizonte de expectativa e uma perspectiva histórica» (Traverso, 2018, p. 126), moldando formas de estar no mundo e de o representar, e ajudando a juntar energias no combate por uma humanidade renovada.

De facto, a multiplicidade de hipóteses e de experiências reunidas à volta da Revolução de Outubro, da sua preparação, da sua sequência e da sua continuidade, é, como memória, aparentemente inextinguível. Deixou de dizer respeito apenas à luta pelo poder de Estado, como teve lugar em 1917, passando a integrar as estratégias do combate por um novo padrão de sociabilidade, de cultura e mesmo de humanidade, lançado «ao assalto dos céus». Doravante, todas as alterações políticas bruscas que não forem um «golpe de

Estado» ou apenas um breve parêntesis, terão sinais dessa tradição na sua formação ou no seu desenvolvimento.

Por este motivo, apesar dos rápidos acontecimentos do biénio-charneira de 1989-1991 e das suas dramáticas consequências, ou de muitas proclamações apressadas e irrefletidas logo projetadas, o impacto de Outubro não se desfaz. Encontra-se, desde logo, na perenidade da ideia de comunismo, como «espectro» que ainda paira sobre o mundo, embora já não apenas «sobre a Europa» como proclamado logo no início do *Manifesto Comunista* de 1848. Todavia, tal não ocorre no sentido da assombração, mas antes, como escreve ainda Sousa Dias, enquanto «espectro “vivo”, duplo ou fantasma revolucionário da intolerável realidade existente, por ela segregado como seu negativo sempre virtualmente presente» e como «ideia sempre à procura da forma da sua efetuação», associada a «um possível mais largo que o real» (Dias, 2011, pp. 19-20, 103 e 127).

Esse fantasma vivo encontra-se também na miríade de conjeturas que têm recolhido e transcendido o legado de Marx, ou que deste recuperam o já referido desejo prometaico da rebelião. Em alguns dos eventos e publicações associados em 2018 ao centenário do seu nascimento, o caráter plural desta herança foi repetidamente sustentado. Nas hipóteses agora colocadas em regra não se encontrou, salvo junto de setores retrógrados e pautados pelo dogmatismo, uma tentativa de repetir Outubro, mas antes o desejo, tão real quanto metafórico, projetado no que há-de vir, que recupera uma tradição, propõe uma possibilidade e concebe uma esperança, oscilando entre o passado e o futuro numa dinâmica que cruza a nostalgia com a renovação da perspetiva revolucionária.

De acordo com Svetlana Boym, existe um «nostalgia positiva», que se opõe à negativa, tomada esta como expressão doentia de veneração do outrora vivido. Contra esta perspetiva apenas passadista, Boym serve-se de uma valorização do passado, usado como forma de no presente estimular a iniciativa coletiva. Em *The Future of Nostalgia*, enfatizou a forma como no universo que foi o do chamado «socialismo realmente existente» a evocação de um passado de grandeza associado a esta experiência gerou formas da sua reapreciação. Estas não emergiram como triste expressão de saudade, mas como «romance estabelecido com a própria fantasia», que a esta associa uma forte capacidade dinâmica retirada da influência supervivente de Outubro (Boym, 2001).

John Holloway, mantendo a ideia de revolução na ordem do dia, afasta-a do modelo dirigista e estatista da tradição bolchevique, visando reintroduzir a política no quotidiano humano, enquanto desqualifica o seu entendimento como algo que deva ser deixado nas mãos de profissionais (Holloway, 2003). Foi em parte neste sentido que Boaventura de Sousa Santos enfatizou a necessidade de uma «revisão das práticas emancipatórias» associada a novos sujeitos da mudança (Santos, 2000), enquanto Erik Olin Wright sugeriu uma combinação de duas diferentes espécies de estratégias emancipatórias, as «intersticiais», capazes de criar alternativas fora da máquina do Estado, e as «simbióticas», que o envolveriam a partir de dentro (Wright, 2009). Michael Löwy, por sua vez, sugere uma recuperação revolucionária de uma parte do historicamente dinâmico *ethos* romântico, traduzida na disseminação de uma vontade, que designa «ecossocialista», de mudar a vida para mudar a política e obter um mundo mais justo (Löwy, 2015).

Apesar das outras grandes viragens que conheceu, o século XX assistiu, pois, à construção e à preservação de um ideal de transformação radical, apoiado na possibilidade de

uma mudança efetiva do mundo que a Revolução de Outubro de 1917 despertou, a dada altura pareceu tornar possível e deixou como incontornável legado. Ainda, como parecia desenhar-se pelas décadas de 1960-1970 e se tornou muito visível depois dos acontecimentos de 1989, que tal possa ser projetado sobre as ruínas ainda fumegantes de batalhas perdidas e de experiências dolorosas. Neste sentido, existiu um 1917 que já durou mais de cem anos, representando, como sugere Shlomo Sand na recente *Breve História Mundial da Esquerda*, uma marca do século XX com rastro para o século XXI (Sand, 2023). Para onde este apontará é impossível saber, mas existe um «vento da história» que poderá conter um indicador, e como escreveu Michael Löwy ao encerrar o seu *Revolutions*, parafraseando um verso de Bob Dylan, «the answer, my friend, is blowing in the wind» (Löwy, 2020).

Bibliografia

- Applebaum, A. (2023). *A Cortina de Ferro. O Fim da Europa de Leste*. Lisboa: Civilização, 698 p. ISBN: 978-972-28-3638-4. [ed. original: 2012]
- Arendt, H. (2001). *Sobre a Revolução*. Lisboa: Relógio d'Água, 408 p. ISBN: 972-708-663-2.
- Bebiano, R. (2020). *No Labirinto de Outubro. Cem Anos de Revolução e Dissidência*. Lisboa: Edições 70. 360 p. ISBN: 978-972-44-2332-6.
- Bebiano, R. (2017). Não há um Outubro – paradigma e variações. In R. Bebiano, J.M.L. Cordeiro, A. Louçã, F. Louçã, C. Piçarra, T. Senna & Suarèz, M.P. (Eds.). *A Revolução Russa 100 Anos Depois* (pp. 149-176). Lisboa: Parsifal. ISBN: 978-989-8760-44-9.
- Bebiano, R. (2017). *Tony Judt – historiador e intelectual público*. Lisboa: Edições 70. 232 p. ISBN: 978-972-44-1853-1857.
- Bebiano, R. (2003). *O Poder da Imaginação. Juventude, rebeldia e resistência nos anos 60*. Coimbra: Angelus Novus, 208 p. ISBN: 972-8827-17-2.
- Besnier, J.-M. (1988). *La Politique de l'Impossible. L'Intellectuel entre révolte et engagement*. Paris: La Découverte. 240 p. ISBN: 978-2707117977.
- Boym, S. (2001). *The Future of Nostalgia*. New York: Basic Books. 406 p. ISBN: 0-465-00708-2.
- Cardina, M. (2014). «A filosofia da esperança de Ernst Bloch», *apud* Pensamento Crítico Contemporâneo (pp. 88-100). Organização Unipop. Lisboa: Edições 70, 412 p. ISBN: 978-972-44-1767-7.
- Caute, D. (1988). *The Fellow-Travelers. Intellectual Friends of Communism*. New Haven: Yale University Press, 458 p. ISBN: 0-300-03865-5.
- Chauí, M. (2006). Intelectual engajado: uma figura em extinção?. In: *O Silêncio dos Intelectuais*. Org. Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras, 320 p. ISBN: 85-559-0885-4.
- Derrida, J. (2006). *Specters of Marx: The State of the Debt, The Work of Mourning & the New International*. London: Routledge, 258 p. ISBN: 978-0415389570. p. 101.
- Dias, S. (2011). *Grandeza de Marx. Por uma Política do Impossível*. Lisboa: Assírio & Alvim, 176 p. ISBN: 978-989-900699-7.
- Drakulic, S. (1996). *Café Europa: Life After Communism*. London: Abacus, 224 p. ISBN: 978-0349107295.

- Drakulic, S. (2021). *Café Europa Revisited: How to Survive Post-Communism*. London: Penguin, 256 p. ISBN: 978-0143134176.
- Faulkner, N. (2017). *A People's History of the Russian Revolution*. New York: Pluto, 290 p. ISBN: 978-0745399034.
- Feinberg, M. (2021). *Communism in Eastern Europe*. London: Routledge, 230 p. ISBN: 978-0813348179.
- Fitzpatrick, S. (2017). *A Revolução Russa*. Lisboa, Tinta da China, 320 p. ISBN: 9789896713935. [ed. original: 1994]
- Flores, M. (1990). *L'immagine dell'URSS. L'Occidente e la Russia di Stalin*. Milano: Il Saggiatore, 344 p. ISBN 978-88-043-3035-6.
- Furet, F. (1996). *O Passado de uma Ilusão. Ensaio sobre a ideia comunista no século XX*. Lisboa: Bertrand, 580 p. ISBN: 972-23-2066-1. [ed. original: 1995]
- Galili, Z. (1992). *The Menshevik Leaders in the Russian Revolution – Social Realities & Political Strategies: Social Realities and Political Strategies*. Princeton: Princeton University Press, 470 p. ISBN: 978-0691055671.
- Holloway, J. (2003). *Change the World Without Taking Power*. New York: Pluto Press, 304 p. ISBN: 978-0745339320.
- Hourmant, F. (2000). *Au Pays de l'Avenir Radieux: voyages des intellectuels français en URSS et en Chine Populaire*. Paris: Aubier, 288 p. ISBN: 978-2700723144.
- Hullington, M. (2017). *The Autocritique of Enlightenment: Rousseau and the Philosophes*. London: Routledge, 310 p. ISBN: 978-0674054257.
- Issitt, J., & Jackson, D. (2013). What does it mean to be a public intellectual?. Retrieved from: <https://www.heacademy.ac.uk/resource/what-does-it-mean-be-public-intellectual>.
- Judt, T. (2018). *O Peso da Responsabilidade. Blum, Camus, Aron e o Século XX Francês*. Lisboa: Edições 70, 304 p. ISBN: 978-972-44-2056-1.
- Judt, T. (2008). *O Século XX Esquecido. Lugares e Memórias*. Lisboa: Edições 70. 464 p. ISBN: 978-972-44-1542-0.
- Koselleck, R. (2006). *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 366 p. ISBN: 855910-93-6.
- Le Blanc, P. (2017). *October Song*. Chicago: Haymarket Books, 180 p. ISBN: 978-1608468485.
- Lih, L. T. (2011). *Lenin (Critical Lives)*. London: Reaktion Books, 240 p. ISBN: 978-1861897930.
- Losurdo, D. (2015). *A Luta de Classes: Uma história política e filosófica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 400 p. ISBN: 978-8575594384.
- Louçã, A. (2017). Lenine, precursor da Oposição de Esquerda. In: R. Bebiano, J.M.L. Cordeiro, A. Louçã, F. Louçã, C. Piçarra, T. Senna & M.P. Suarèz (2017). *A Revolução Russa 100 Anos Depois* (pp. 9-42). Lisboa: Parsifal. ISBN: 978-989-8760-44-9.
- Löwy, M. (2015). *Ecosocialism: A Radical Alternative to Capitalist Catastrophe*. Chicago, Haymarket Books, 144 p. ISBN: 978-1608464715.
- Löwy, M.(2020). *Revolutions*. Chicago: Haymarket Books, 574 p. ISBN: 978-1-64259-212-2. [ed. original: 2000]

- Mathiopoulos, M. (1989). *History and Progress: In Search of the European and American Mind*. New York: Praeger Publishers, 464 p. ISBN: 978-0274637423.
- Mazauric, S. (2007). *Fontenelle: et l'invention de l'histoire des sciences à l'aube des Lumières*. Paris: Fayard, 392 p. ISBN: 978-2213633060.
- Miéville, C. (2017). *October – The Story of the Russian Revolution*. London: Verso, 384 p. ISBN: 978-1784782788.
- Neves, J. (2008). *Comunismo e Nacionalismo em Portugal. Política, Cultura e História no Século XX*. Lisboa: Tinta da China, 504 p. ISBN: 978-972-8955-73-1.
- Pagden, A. (2013). *The Enlightenment: And Why It Still Matters*. London: Random House, 466 p. ISBN: 978-0198700883.
- Pasquino, G. (1998). In: N. Bobbio, N. Matteucci & G. Pasquino, *Dicionário de Política*, Vol. I. Brasília: Universidade de Brasília, 1358 p. ISBN: 85-230-0308-8.
- Priestland, D. (2013). *A Bandeira Vermelha – História do Comunismo*. Lisboa: Texto, 784 p. ISBN: 978-972-474-331-8. [ed. original: 2000]
- Read, C. (2005). *Lenin: A Revolutionary Life*. London: Routledge, 332 p. ISBN: 978-0415206495.
- Roberts, G. (2023). *A Biblioteca de Estaline – Um ditador e os seus livros*. Lisboa: Livros Zigate, 386 p. ISBN: 978-989-53647-56.
- Rouso, H. (2012). *La Dernière Catastrophe: L'histoire, le présent, le contemporain*. Paris: Gallimard, 352 p. ISBN: 978-2070759729.
- Salvadori, M. (2016). *Karl Kautsky and the Socialist Revolution 1880-1938*. London: Verso, 380 p. ISBN: 978-0860915287
- Sand, S. (2023). *Breve História Mundial da Esquerda*. Lisboa: Zigate, 268 p. ISBN: 978-989-53647-4-9.
- Santos, B. S. (2000). *A Crítica da Razão Indolente. Contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento, 376 p. ISBN: 972-36-0524-4.
- Soulet, J.-F. (2009). *História da Europa de Leste da Segunda Guerra Mundial aos nossos dias*. Lisboa: Teorema, 382 p. ISBN: 978-972-695-789-8. [ed. original: 2006]
- Stora, B. (2003). *La Dernière Génération d'Octobre*. Paris: Stock, K214. 289 p. ISBN: 978-2234056206.
- Traverso, E. (2018). *Melancolia de Esquerda: Marxismo, História e Memória*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 492 p. ISBN: 978-859-26494-18. [ed. original: 2017]
- Traverso, E. (2001). *Le Totalitarisme: le XXe siècle en débat*. Paris: Points, 928 p. ISBN: 978-2020378574.
- Trotsky, L. (2017). *History of the Russian Revolution*. London: Penguin Books, 992 p. ISBN: 978-0241301319. [ed. original: 1930-1932]
- Von Redecker, E. (2021). *Praxis and Revolution: A Theory of Social Transformation*. New York: Columbia University Press, 296 p. ISBN: 978-0231198233.
- Wright, E. O. (2009). *Envisioning Real Utopias*. New York: Verso, 416 p. ISBN: 978-1844676170.
- Žižek, S. (org.) (2017). *Lenin 2017: Remembering, Repeating and Working Through*. London: Verso, 270 p. ISBN: 978-1786631886.

